

ADOLESCENTE E ESCOLA: UMA INVESTIGAÇÃO FENOMENOLÓGICA ACERCA DA EXPERIÊNCIA DE UM ADOLESCENTE EM SEMILIBERDADE

Data de aceite: 02/06/2023

Maria Janiely Fernandes Albuquerque

Graduada em Psicologia no Centro Universitário Dr. Leão Sampaio – Unileão, Juazeiro do Norte, Ceará

Marcus Cezar de Borba Belmino

Coordenador do Mestrado Profissional em Ensino em Saúde, professor permanente do mesmo programa e docente do curso de Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, Juazeiro do Norte, Ceará. Mestre em Psicologia (UNIFOR), Doutor em Filosofia (UFSC)

RESUMO: Esta pesquisa tem como objetivo analisar os sentimentos que são vivenciados por um adolescente em semiliberdade quando reinserido no âmbito escolar. A partir dos direitos previstos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), segundo o qual todos têm direito a educação, surgiu o interesse em investigar quais os sentimentos que o adolescente enfrenta ao retornar a escola estando em semiliberdade, e por que muitas vezes abandonam o que é seu por direito. Para conseguir alcançar o objetivo citado, foi utilizada, além da pesquisa bibliográfica trazendo a fundamentação teórica sobre o adolescente em conflito

com a lei e outros aspectos que envolvem a temática, também a pesquisa qualitativa, realizada através de uma entrevista não estruturada com um adolescente de dezenove anos que se encontra em semiliberdade no Centro de Semiliberdade Regional de Juazeiro do Norte – CE. De acordo com a análise de dados, constatou-se que os sentimentos que o adolescente vivencia na escola são bem semelhantes aos presentes na sociedade, e que, quando possuem apoio de familiares e amigos, se mostram mais confiantes. Isso, juntamente com as medidas socioeducativas, influencia no processo de mudança e reinserção desse adolescente. A partir do método fenomenológico de Giorgi, indicado por Moreira (2002), que busca o significado da experiência vivida, foram identificadas três unidades significativas: quais os sentimentos com relação à reinserção na escola; a importância do apoio da família frente ao processo de inclusão; e como estar em semiliberdade influencia no seu processo de mudança.

PALAVRAS-CHAVE: Adolescentes em conflito com a lei. Escola. fenomenologia.

ABSTRACT: This research has the objective of analyzing the feelings that are lived by an

adolescent at semi-liberty when reinserted at school. From the rights contained in the Statute for Child and Adolescent, which states that everybody has the right to education, surfaced the interest in investigating which sentiments that the adolescent faces when returning to school being at semi-liberty, and why many times some abandon what is theirs by right. To accomplish the cited objective, it was used, besides the bibliographical research which brings the theoretical foundation about the adolescent in conflict with law and other aspects which involve the theme, also a qualitative research, undertaken through a non-structured interview with a nineteen-year-old adolescent who is at semi-liberty at the Regional Center for Semi-Liberty of Juazeiro do Norte – CE. According to the data analysis, it was found that the sentiments that the adolescent faces at school are very similar to the ones present at society, and that, when people have the assistance of family members and friends, they show more confidence in themselves. This fact, together with socio-educational measures, influences the change process and reinsertion of this adolescent. From the phenomenological method of Giorgi, indicated by Moreira (2002), which searches for the meaning of the lived experience, it was found three significative units: what are the sentiments in relation to the reinsertion in school; the importance of family subsidy considering the process of inclusion; and how to be at semi-liberty influences the process of change.

KEYWORDS: Adolescents in conflict with law. School. Sentiments.

1 | INTRODUÇÃO

Embora a adolescência seja compreendida como uma fase de transição entre a infância e a fase adulta, essa transformação não afeta apenas o adolescente, mas a sua família e a comunidade em que vive, sendo considerada uma fase de bastante confusão. Sabe-se que as experiências vivenciadas pelo adolescente o determinam como ser único, e se tratando do jovem em conflito com a lei, que na maioria das vezes vem de uma família desestruturada e toma amigos como referência, esses e outros fatores levam à incidência do ato infracional, e quando esses adolescentes passam por uma instituição de semiliberdade e se veem acolhidos, e reinseridos novamente no contexto escolar, passam a ver suas potencialidades valorizadas. Ele visa à conclusão dos estudos e à consecução do reajuste ao meio social, começando esse trabalho dentro da escola, que por sua vez tende a acolher esse adolescente de forma diferente das demais instituições. Percebendo isso, o adolescente acaba sendo agressivo ou recuando do ambiente escolar.

Desta forma, a sociedade compreende a punição como a melhor solução para os adolescentes que cometem ato infracional, esquecendo que as políticas públicas também se constituem como pontos importantes para que o ato infracional não chegue a acontecer. Elas devem trabalhar de forma preventiva, procurando desenvolver a autonomia do sujeito, bem como restaurar a cidadania do adolescente. É importante buscar conhecer os limites e possibilidades desse adolescente, para que, cada vez menos, sejam aplicadas medidas socioeducativas, e aumente a qualidade de vida desses jovens, a fim de que não voltem a praticar nenhum delito.

Há também a discussão sobre a dificuldade da família e principalmente da sociedade em lidar com a fase da adolescência, com um adolescente em conflito com a lei. Esse cenário torna a dificuldade ainda mais perturbadora, pois se trata de um espaço social em que ele também é um agente de mudanças, e que muitas vezes acaba sendo excluído dela. No ambiente escolar não é muito diferente, ainda há muitas dúvidas sobre como desenvolver um trabalho íntegro para o aluno em conflito com a lei, bem como buscar estimular a autonomia e dar voz a esse adolescente. Porém, quais os sentimentos vivenciados por esse adolescente que se encontra cumprindo medidas socioeducativas diante do ambiente escolar?

O objetivo da pesquisa é analisar os sentimentos vivenciados pelo adolescente em semiliberdade no contexto escolar, e a influência do âmbito social, cultural e econômico no qual está inserido, e por que uma falha no sistema educacional pode influenciar no processo de amadurecimento do adolescente, uma vez que a escola deve ser um local acolhedor e ajudar no crescimento pessoal e social dele.

Diante disso, a intenção de analisar e compreender quais são esses sentimentos vivenciados ao ser reinserido na escola se deu a partir de uma curiosidade da pesquisadora em saber como se configura esse processo de reinserção do adolescente que cometeu um ato infracional. Logo, este estudo tem, enquanto importância acadêmica e social, o intuito de revelar os sentimentos do adolescente em conflito com a lei, e mostrar que não há diferença quanto aos sentimentos que a sociedade vivencia. Muitas vezes, por medo de não ser aceito no âmbito escolar, prefere não enfrentá-lo, abrindo mão da educação que é sua por direito. Por isso, ao escolher o tema desse projeto, levou-se em consideração a relevância da educação na vida desses adolescentes, a fim de que encontrem medidas para que tenham uma boa inclusão nas escolas.

Neste trabalho foi utilizada a pesquisa qualitativa, ressaltando os aspectos legais, sociais e emocionais no que se refere ao adolescente. Ademais, foi realizado um estudo de caso no Centro de Semiliberdade Regional de Juazeiro do Norte-CE. Os dados foram colhidos através de entrevista não estruturada, com uma pergunta disparadora de como o adolescente se sente ao retornar à escola, e como se sente em relação ao local onde as medidas estão sendo cumpridas. A análise de dados se efetivou a partir do método fenomenológico, no qual se buscou identificar, através da fala do sujeito, as unidades de significados a partir da experiência do sujeito.

2 | REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Adolescência e as relações familiares

A adolescência é compreendida como uma fase de transição entre a infância e a fase adulta, iniciando com mudanças corporais e hormonais na puberdade até sua interação social e profissional na fase adulta. Essa transformação acomete não apenas o jovem,

mas também sua família e comunidade em que vive, não considerando apenas mudanças adaptativas, mas também cognitivas e pessoais, levando o adolescente a alcançar a verdadeira maturidade (FERREIRA; FARIAS & SILVARES, 2010).

Por ser uma fase considerada difícil, os adultos enxergam os adolescentes algumas vezes de modo negativo, adotando a forma de rigorosas críticas, por considerarem uma geração que causa desordem social. Não obstante, a sociedade delimita regras, tradições e costumes a serem seguidos. Logo, a sociedade contemporânea descarrega no adolescente uma carga de responsabilidades, e por ser uma fase prolongada e não definida quanto às responsabilidades da fase adulta “surge um dilema, em resposta a qual os jovens procuram apoio e seus companheiros de idade” (CAMPOS, 2010, p. 40).

A adolescência atualmente não é mais vista como uma preparação para a fase adulta, mas como uma fase que passou a ter significação em si mesma, uma vez que os adolescentes apresentam diferenças em relação ao seu comportamento, valores e gostos, demonstrando diversas formas de ser adolescente no mundo. Entretanto, apesar de haver muitos aspectos semelhantes uns com os outros nessa fase, o adolescente é marcado pelas suas experiências vividas, pois são elas que marcam o indivíduo como ser único (FERREIRA et al., 2010).

Segundo Traverso-Yepetz e Pinheiro (2002), quando se trata de adolescência, devemos falar em adolescências, pois cada um tem sua forma particular que vai depender de algumas variáveis: gênero, classe social, contexto cultural, local de moradia, etc. Então, a adolescência deve ser entendida na sua totalidade, sendo o homem parte das suas relações sociais, no tempo e espaço em que vive.

A adolescência vem ser considerada uma transição da infância para a fase adulta, muitas vezes sendo vista como uma crise, mas é importante ressaltar que se trata de uma transição entre duas fases da vida, e que é nesta que o sujeito aperfeiçoará sua identidade, terá autonomia para fazer suas escolhas e assim se organizar para o mundo adulto. Trata-se de uma fase em que se está deixando de lado a infância sem ser um adulto. Embora se tenha definido qual faixa etária de cada fase, o que influencia também são as experiências vivenciadas e o comportamento emitido pelo jovem. Assim, pode-se dizer que a adolescência pode ser vista sob vários aspectos: corpo, mente e relações sociais (BRASIL, 2006).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (2008, p. 9) vem trazer que:

Art. 2.º Considera-se criança, para os efeitos desta lei, a pessoa até 12 anos de idade incompletos, e adolescentes entre 12 e 18 anos de idade. Parágrafo único. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este Estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.

Nessa fase, o indivíduo passa a perceber as mudanças, e começa a se questionar sobre seu papel na sociedade, e se depara com um meio social e cultural que lhe demanda mudar, pois já não é mais criança e passa a ter responsabilidades, bem como uma limitação

em relação ao mundo adulto. A sociedade contemporânea exige, do adolescente, inúmeras tarefas as quais não dependem apenas da força de vontade dele para serem alcançadas, mas também das experiências e do meio em que o adolescente está fincado. Ou seja, cada adolescente reagirá de uma maneira diferente, no que diz respeito aos aspectos sociais, levando em consideração sua história e vivências (BRASIL, 2006).

As vivências familiares se unem à experiência coletiva e individual que está sendo preparada, buscando de forma dinâmica estruturar formas de subjetivação e interação social, pois é por meio das relações familiares que se consolidam as mudanças nas sociedades, que por sua vez virão a influenciar as futuras relações familiares. Em outras palavras, ocorrerá uma inter-relação entre a família e os ambientes sociais que compõem o sistema, isto é, relação entre eles e a escola, que aparece como um dos fatores principais para o desenvolvimento da pessoa (DESSEN; POLONIA, 2007).

Assim, a principal mudança em relação à vida social do adolescente está na sua interação com a família, com amigos, grupos, religião, etc. Destarte, quanto às relações familiares, as alterações acontecem em uma via de mão dupla: tanto o adolescente aprende a conhecer sua família novamente, como sua família aprender a lidar com esse novo adolescente (BRASIL, 2006). No entanto, em se tratando do adolescente em conflito com a lei, é importante o apoio familiar na superação do problema, visando sempre o crescimento desse adolescente, uma vez que existe a diferença entre o que é na realidade e o que é vivenciado. Torna-se difícil para a família dar assistência ao sistema socioeducativo, pois elas não contam com redes de apoio que as ajudem a enfrentar as adversidades apresentadas (GOMES; PEREIRA, 2005).

Em defesa dos direitos da criança e do adolescente, é reconhecida a responsabilidade da família, da sociedade e do Estado perante o adolescente:

Art. 4.º É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (BRASIL, 2008, p. 9-10).

Sendo a adolescência uma fase de várias alterações psicossociais, nas quais o adolescente busca por liberdade e autonomia, a família acaba declinando quanto a sua influência e importância na construção da identidade desse jovem. A escola se torna, pois, o lugar onde há maior possibilidade de influências no comportamento desse jovem; assim, se a experiência vivida na escola for positiva, os adolescentes investem parte do seu tempo em atividades escolares, desenvolvendo bons comportamentos e aprimorando seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social (FERRARI et. al., 2013).

2.2 A escola e o adolescente em semiliberdade

O índice de evasão escolar, quanto ao adolescente, é bastante alto, e levando em

consideração suas condições econômicas, muitos têm que optar entre estudar e trabalhar, o que na maioria das vezes isso se torna difícil de conciliar. Então, acabam reprovados e não se sentem instigados pelo que a escola lhes tem a oferecer, desconsiderando, conseqüentemente, a importância dessa aprendizagem para sua vida (SOARES, 2008).

Vale ressaltar que o estado não cumpre seu dever de promover educação e condições de vida adequada a esses jovens, fazendo com que descumpram regras e sejam punidos pelos seus atos, sem que eles conheçam os valores os quais estão ofendendo, punindo-os pelos próprios erros (MUNIZ, 2008).

Todavia,

É preciso acatar as exigências impostas pela escola, se submetendo às normas disciplinares, aceitando o funcionamento hierárquico, os conteúdos não interessantes e a competição, sendo que o sistema escolar tende a desconsiderar diferenças individuais, socioeconômicas e/ou culturais dos estudantes (BAZON et al., 2013, p. 177).

Sabe-se que um dos problemas enfrentados nas escolas brasileiras é a dificuldade em lidar com o adolescente em conflito com a lei, o que leva as instituições à adoção de medidas disciplinares coercitivas, facilitando a evasão escolar desses alunos. Vale ressaltar a não preparação dos professores que recebem esses adolescentes, seja por falta de capacitação ou por baixo salário, fator que os deixam desestimulados para trabalharem com esses alunos (GALLO, 2008). Corroborando estas observações, Zanella (2010) defende que muitos adolescentes vivenciam sentimento de insegurança e de não pertencimento à escola, podendo ter sentimento de fracasso, baixa autoestima e desesperanças.

Assim, a escola que deveria ser um espaço de acolhimento, inclusão e construção do aluno, na maioria das vezes acaba sendo um espaço de exclusão, humilhação, violência moral, preconceitos e opressão; e por causa das agressões e humilhações, os alunos acabam abandonando a escola. Por esses e outros motivos, os adolescentes que possuem um conflito com a lei não são bem vindos à escola, mesmo sendo um direito de todos. Nesse contexto, quando a escola é procurada para reinserir um aluno que cometeu um ato infracional, alegam não ter vagas, ou que os demais alunos têm o direito de estudarem tranquilos (ZANELLA, 2010).

Em algumas situações, as escolas buscam o histórico do aluno: indisciplinas cometidas anteriormente como prova de que o adolescente não se adequa à escola. Então, se ainda assim a escola efetivar a matrícula, ela solicita o acompanhamento de um técnico que ficará responsável caso o adolescente venha a apresentar um comportamento inadequado. Contudo, o adolescente, quando se vê sozinho, não se torna capaz de defender seus direitos e acaba por desistir de permanecer na escola, por não ser bem visto entre os outros.

[...] o adolescente necessita enfrentar sozinho as discriminações veladas, as constantes referências ao ato infracional cometido, o medo que professores manifestam do adolescente e outras diversas situações que acabam por

contribuir para a não permanência efetiva deste no ambiente escolar. (ZANELLA, 2010, p.14).

Deve-se salientar que a intenção aqui não é definir certo ou um errado, mas tentar reconhecer a percepção do adolescente frente à sociedade. Ele a vê como inimiga, e a julga ser responsável pela sua situação de exclusão. Logo, não podemos esperar reações idênticas de pessoas que vivem experiências diferentes, e vivem em realidades diferentes. Afinal, como afirma Muniz, “[...] as pessoas agem segundo suas experiências, de forma diferente a situações diversas.” (2008, p. 08).

2.3 Medidas socioeducativas frente ao adolescente em conflito com a lei

Segundo Soares (2008), todo ser humano apresenta aperfeiçoamento e desenvolvimento de suas habilidades e potenciais, e se tratando de um ser em desenvolvimento, no caso dos adolescentes que praticaram algum ato infracional, esses fatores não podem ser deixados de lado, e sim valorizados. Com eles, busca-se aceitação e crescimento junto a sociedade.

O adolescente em conflito com a lei, de acordo com o Estatuto, também sofre medidas repressivas. Ele cumpre medidas socioeducativas que valorizam seu desenvolvimento social, cultural e situacional. O que determina que as medidas sejam efetivas ou não, não é o fato do adolescente ser arduamente sentenciado, mas a garantia, ao adolescente, de dignidade humana, manifesta em saúde, educação, segurança, etc. Em relação às medidas socioeducativas, Silva (2011) relata que o jovem tem oportunidades de experiências tanto na vida comunitária como na social.

As medidas devem ponderar uma maneira educativa e uma reflexão sobre o ato cometido, apesar de ter um caráter coercivo. Isso é importante para que o adolescente possa ter um desenvolvimento positivo e possa também refletir sobre a realidade e a infração cometida. Portanto, as medidas acabam influenciando de forma positiva a vida do adolescente, ao mesmo tempo em que evita causar prejuízos no desenvolvimento desses jovens. Não obstante, os programas socioeducativos visam o acesso a oportunidades de constituição de valores, tendo em vista a participação do jovem na sociedade, superando a condição de infrator como também de excluído (SANTOS, 2014).

O artigo 120 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) se configura como uma maneira suave de privação da liberdade e de institucionalização. Na instituição, o adolescente vive sob regras e normas próprias, determinadas por responsáveis internos, podendo viver em período de transição, e sendo possível realizar atividades externas.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e a profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade. § 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação (BRASIL, 2008, p.38).

Em semiliberdade, o adolescente não é privado das suas atividades externas,

como estudar, se profissionalizar ou até mesmo trabalhar. A medida de semiliberdade se preocupa com a inclusão interna, delimitada no tratamento e relação com o adolescente. Na instituição não existem grades, conscientizando o adolescente que ele está ali para cumprir uma determinação judicial, e que deve cumprir as normas da instituição (SANTOS, 2014). De acordo com o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), as unidades de semiliberdade devem acolher no máximo 20 adolescentes que devem cumprir medidas socioeducativas em semiliberdade; é disponibilizado também um espaço individual aos adolescentes. É estabelecido por lei que as orientações sejam ajustadas em uma atuação de suporte institucional, de enfoque familiar e comunitário, envolvendo saúde, segurança, lazer, educação, entre outros.

3 | METODOLOGIA

Esta pesquisa se trata de uma pesquisa empírica do tipo qualitativa, a qual tem como objetivo explicar o sentido dos fenômenos do indivíduo no mundo social, procurando diminuir a distância entre entrevistado e entrevistador (NEVES, 1996). Dentre os métodos, foi escolhido o método fenomenológico, o qual seria o mais viável em se tratando de replicar qual o significado da experiência vivida.

Diferentes tipos de experiências serão analisados através da pesquisa qualitativa, uma vez que a mesma se preocupa em avaliar e explicar pontos profundos do comportamento humano, bem como fornecer uma análise sobre suas atitudes, hábitos e intenções de comportamentos, tornando possível que a pesquisadora tenha liberdade de escolha quanto ao método e técnica em relação ao que está sendo investigado (MARCONI; LAKATOS, 2009).

O método fenomenológico, que foi utilizado nesta pesquisa, buscou explorar fenômenos humanos, vividos e “experenciados”, os quais são reproduzidos no relato das experiências do sujeito que vivenciou tal fenômeno em estudo. De acordo com Moreira (2002, p. 114), “na aplicação do método fenomenológico à pesquisa, o fenômeno é algum tipo de experiência vivida, comum aos diversos participantes, como por exemplo, haver passado por uma ocorrência traumática, ter vivenciado uma dada situação, etc.”.

Os dados foram coletados por intermédio da técnica de entrevista não estruturada, a qual não possui um conjunto de questões, mas direciona de forma geral; em outras palavras, a pesquisadora, por acreditar não conhecer o assunto, busca ouvir e entender as perspectivas e compreender as experiências do entrevistado, resultando, na maioria das vezes, em melhores esclarecimentos de tópicos que não apareceram naturalmente na entrevista, e podendo surgir questões adicionais sobre o assunto (MOREIRA, 2002).

A pesquisa buscou analisar as experiências vivenciadas pelo adolescente em seu contexto escolar enquanto cumpridor de medidas socioeducativas. A realidade foi analisada a partir do estudo de caso, realizado com um jovem de 19 anos de idade que está

cumprindo medidas socioeducativas no Centro de Semiliberdade Regional de Juazeiro do Norte-CE. Essa idade foi escolhida por facilitar todas as questões éticas e legais. A coleta de dados foi realizada através da entrevista com a seguinte pergunta disparadora: “Como está sendo sua experiência com a reinserção na escola?”.

Após a coleta das informações necessárias, foi realizada uma análise, de acordo com o método fenomenológico de Giorgi, cujo objetivo é obter “unidades de significado” (MOREIRA, 2002, p. 123) reprimidas nas descrições e reveladoras da estrutura do fenômeno, o qual é composto por quatro passos que serão discutidos a seguir.

No primeiro passo, a leitura geral da descrição, foi realizada uma entrevista, transcrita com o intuito de se ter de modo geral tudo o que foi colocado. Portanto, foi imprescindível compreender a linguagem de quem descreve, evitando identificar as unidades significativas. O segundo passo foi discriminar as unidades de significado dentro de uma perspectiva psicológica, sempre focando no fenômeno e buscando não analisar o texto por inteiro, mas quebrá-lo em unidades significativas, que surgiram quando se percebeu uma modificação psicologicamente sentimental de significado de estado para o sujeito (MOREIRA, 2002).

O terceiro passo se trata da identificação das unidades de sentido, em que depois de identificadas e delineadas as unidades significativas, a pesquisadora expressou o sentido psicológico nelas contido, com foco no fenômeno que está sendo pesquisado. Assim, é possível, através de uma aberta explanação do texto, averiguar o que o entrevistado quis expressar, utilizando uma linguagem do senso comum, a ser explanada sob o ponto de vista fenomenológico. O último passo foi a síntese das unidades de sentido, no qual a pesquisadora sintetiza todas as unidades significativas modificadas em forma de declaração da significação psicológica dos fenômenos ressaltados na experiência do sujeito. Para isso, a pesquisadora reagrupou o que foi indispensável para conseguir uma análise da estrutura do fenômeno, na qual todas as unidades encontradas devem ser consideradas (ANDRADE; HOLANDA, 2010). É possível denominar também de “estrutura da experiência” (MOREIRA, 2002, p. 124) que deve ser transmitida a outros pesquisadores com o intuito de confirmação ou crítica.

Foi apresentado, ao entrevistado, o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), o qual traz os objetivos e propósitos da pesquisa de forma clara, e garante ao participante o total anonimato. Também foi apresentado o Termo Pós Esclarecido, que garante, à pesquisadora, que o participante leu minuciosamente o TCLE e teve oportunidades de esclarecer dúvidas relacionadas ao procedimento que seria realizado, firmando seu consentimento livre e esclarecido em participar desta pesquisa. A entrevista foi gravada e transcrita pela pesquisadora, acompanhada de um Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz, autorizando o uso de imagem e voz para a realização da entrevista. À instituição, foi entregue um ofício, o qual apresenta o objetivo da pesquisa, bem como uma declaração de anuência que oficializa a autorização da instituição para que seja realizada a pesquisa no local.

4 | RESULTADOS E DISCUSSÃO

A seguir serão abordados temas a partir do relato de um adolescente que cumpriu medidas socioeducativas. O adolescente já havia cumprido pena em outra instituição e se encontra em semiliberdade há seis meses. Atualmente, está com dezenove anos, e cursa o oitavo ano do ensino fundamental; já realizou cursos profissionalizantes durante esse período, os quais ele julga importantes para sua vida profissional. Através da pergunta disparadora, foi possível realizar um diálogo produtivo, partindo das experiências vivenciadas pelo sujeito durante sua reinserção na escola. Desde já, é seguro considerar que os sentimentos vivenciados e relatos pelo adolescente não diferem de muitos sentimentos vivenciados pela sociedade, e que muitas vezes, por medo de ser apontado pelos seus atos, ele não revela que se encontra em semiliberdade.

A partir da coleta de dados, foi possível identificar três unidades de sentido, as quais trazem, evidenciados na fala do entrevistado, sentimentos e situações vivenciadas por ele em seu contexto escolar, sendo possível notar uma relação entre os sentimentos vivenciados ao ser reinserido na escola e o seu período de semiliberdade. Durante esse processo, foi corroborada uma maior resiliência do sujeito, que contou com apoio de familiar e amigos e se mostrou capaz de dar continuidade aos estudos, vistos por ele como forma de crescimento pessoal e reconhecimento social. Isso implicou sua mudança e o fez se manter longe da infração.

4.1 Sentimentos vivenciados com a reinserção no contexto escolar

A seguir serão abordados, a partir do relato do adolescente, os sentimentos enfrentados ao ser reinserido na escola, onde mesmo não havendo nenhum tipo de exclusão por parte de professores e colegas, também revelou sentimentos de vergonha diante da situação atual dele, e mostrou o medo de revelar que ele está em semiliberdade, com receio de que fosse tratado de forma indiferente por todos, além da insegurança frente às suas escolhas futuras.

Em seu discurso, o adolescente considera a escola como parte importante da construção do seu futuro, levando-o a se distanciar da vida infracional. A instituição de internação busca de alguma forma contribuir na mudança desse adolescente, buscando não apenas mostrar a esses jovens processos de aprendizagem, mas também de socialização, e reconhecendo que este último auxilia no seu processo de transformação. Para isso, é essencial um processo educativo que dê conta do dia a dia desse adolescente e integre seus aspectos afetivo, intelectual e coletivo (GONZALEZ, 2006).

Quando a gente vai ficando adulto, 19 anos, vai ficando com um comportamento assim, não mais maduro. Às vezes Deus deixa a gente cair num local, mas pra melhorar, eu acredito assim, que Deus coloca a gente num local sabendo que dali vai prosperar, vai crescer e melhorar. Tô tranquilo, a vista do que eu

era menor, muito danado, que Deus me perdoe, e hoje eu tô tranquilo, e todo mundo pra me dá apoio. (SIC).

Arone (2006) ressalta que o adolescente necessita de acolhimento e aceitação dentro da escola, bem como na sociedade. Espera ser visto como alguém em desenvolvimento e não em uma situação provisória. Isso pode ser verificado no discurso do adolescente que sente vergonha de contar onde está atualmente, pois teme não ter uma boa aceitação dentro do contexto escolar, tanto pelos seus colegas como por seus professores, e acaba mentindo sobre sua situação para que seja tratado com igualdade.

Fui bem acolhido, mas sentia um pouco de vergonha por ser novato [...] como os educadores vai com a gente e tudo, cada dia é um diferente, aí já teve professor me perguntando quem é aquela pessoa, é aí que eu sentia vergonha de falar onde é que eu tava, por que toda pessoa erra ne? [...] eu tinha que mentir por que eu tinha a vergonha de dizer onde eu tava. (SIC).

O processo de inclusão desse adolescente se dá por meio do trabalho em equipe dos membros da escola, e da ação conjunta da instituição em que está cumprindo medidas socioeducativas e da família, visando amenizar esses sentimentos de insegurança tanto do adolescente, como dos professores e colegas. Neta e Maia (2013) salientam que muitas vezes os alunos tendem a proclamar o fato de terem sido presos ou estar em semiliberdade como uma maneira de intimidar os professores. Podemos verificar que o adolescente relata totalmente o contrário, chegando a demonstrar sentimentos de vergonha de revelar que se encontra em semiliberdade.

Não é medo entendeu? É vergonha! Se você se por no meu lugar você também se sentiria envergonhada um pouco ne? De falar e mentir aonde você convive.[...] Porque se for um local público, com muita gente, numa escola, por exemplo, numa sala de aula o professor perguntando na frente de um bucado de aluno, aí a pessoa fica meia assim, a gente não vai negar, a gente fala, mas tem aquela vergonha ne? (SIC).

Logo, aprendemos que independentemente das dificuldades vivenciadas pelo adolescente para conseguir assim, estudar e aprender, ele demonstra grande vontade de continuar tentando. “É como eu digo, se a gente ficar com muita atenção a gente aprende ne? Percebe que a gente querer já ajuda.”(SIC). Dessa forma, ele vai encontrando sentido desde a decisão de começar a frequentar a escola; mesmo que atrasado, procurar negociar com os professores e buscar alguém a quem possa expor suas indigências e solicitações (ARONE, 2006).

Assim eu tenho a vergonha de eles quererem me tratar como... como é que se diz...como um delinquente entendeu? É isso aí! Por que é chato você ser tratado de outra forma ne? Por que nenhuma pessoa gosta de ser tratado diferente. (SIC).

Apesar do relato do adolescente, que disse não sofrer na escola nenhum tipo de exclusão, e de mentir para seus professores e colegas afirmando estar em semiliberdade,

foi possível notar que havia medo de ser tratado de forma diferente dos seus colegas. Logo, isso não exclui o fato de que se ele falasse poderia ou não ser visto de outra maneira. Adorno (1994) destaca que, mesmo com toda modernização, o preconceito ainda existe, abalando principalmente os alunos nas escolas, discriminados na maioria das vezes pelos próprios colegas.

4.2 Importância do apoio familiar frente ao processo de inclusão

De acordo com o adolescente entrevistado, o apoio familiar nesse processo de mudança é importante em sua vida, uma vez que é através da relação familiar que se dão todas as outras relações, vindo a influenciar no crescimento pessoal ou não desse adolescente. Vê-se que a família continua sendo a maior fonte de apoio para o adolescente em semiliberdade, e juntamente com a escola, fazer parte desse momento de transição do jovem.

A família vem a ser considerada o meio pelo qual o adolescente tem seu primeiro contato social, ou seja, a partir dessa relação com seus familiares que vêm outros contatos sociais. Berger e Luckmann (1976) vêm falar de socializações secundárias. E ocorrendo uma desestruturação nas relações familiares desse adolescente é reproduzida em suas interações sociais, podendo gerar comportamentos inadequados.

Por ser a adolescência uma fase difícil em relação às relações sociais, o vínculo não se dá apenas com os familiares, geralmente se desloca para amigos, parceiras (os), colegas, com os quais o adolescente se sente amparado e apoiado. Assim, ele compartilha suas experiências, sentimentos e informações com esse novo ciclo; só que para que o adolescente tenha um desenvolvimento benéfico, a situação requer não somente o apoio da família, mas também de professores, amigos e companheira (o) (JOHNSON; WHITBECK, L. B. & HOYT¹ 2005 apud BRANCO et. al., 2008). É notável na fala do entrevistado o quanto o apoio da sua mãe e de outros familiares, assim como de amigos e da namorada, é imprescindível para suas escolhas e decisões.

Tem uns colegas que chega pra mim e me dá conselho, fala volta, volta, que tu ainda tem futuro [...] Porque minha mãe me dá força e me insiste, e eu vejo que o que ela ta me dando é o certo, minha mãe, minha vó e minha namorada também, e ela tem 15 anos e já ta no primeiro ano, quer ser advogada e tudo aí eu num quero futuramente se casar com ela como um gigolô, tenho que crescer também entendeu? [...] E todo mundo da minha família me dando conselhos de voltar a estudar, e aí botei na cabeça de voltar a estudar e pronto. (SIC).

É evidente o quanto é essencial à presença de outra pessoa que seja capaz de compreender o que está se passando naquele momento e que apoie suas escolhas sem julgamentos e opressões, gerando assim um vínculo de confiança entre o adolescente que

1 JOHNSON, K. D.; WHITBECK, L. B. & HOYT, D. R. Predictors of social network composition among homeless and runaway adolescents. *Journal of Adolescence*, 28 (2), p. 231-248, 2005.

está em semiliberdade e aquele que o apoia. Amatuzzi (2001) assevera que, quando se encontra alguém que seja capaz de entrar em contato com o que está se passando com o outro, ouvindo e compreendendo, esse alguém é capaz de dar sentido e significado ao que se passa e então o outro consegue ouvir e confiar em si próprio.

E eu decidi estudar mesmo e a vontade que eu quero é trabalhar pela justiça, até porque tenho meu tio também que é policial, tenente e ele me dá muito conselho também, fala que é fácil terminar o segundo grau e tudo. Estudar e pronto. Correr atrás. E assim, minha mãe fala que só a gente em pensar já é meio caminho andado. Num é fácil mais a gente correndo atrás ne, dá certo. (SIC).

É possível notar a importância de um bom vínculo com os familiares, em especial com a mãe, pois lhe proporciona uma maior confiança em si e no meio em que se encontra, gerando assim sentimento de segurança em relação às suas novas atitudes. Costa e Assis (2006) vêm dizer que se os vínculos afetivos constituem um apoio social e sensação de segurança, geram fortalecimento quanto às adversidades, e são valorizados a partir do momento em que o adolescente entra em semiliberdade, onde esses vínculos são vistos como um fator de proteção para o adolescente.

Minha mãe sempre falava que quem não for com a cara da gente, passa de cabeça erguida e pronto. Se eu fosse tratado mal lá (na escola), acho que não me chatearia não. Porque quem me ajuda, me dá insistência e me dar coragem é minha mãe, minha vó e minha namorada. (SIC).

Através da fala do sujeito é possível notar que após o tempo em semiliberdade, muitos adolescentes buscam dar continuidade aos estudos e alcançar seus objetivos, mostrando-se capaz de reconhecer seus atos e autonomia para que não venham a reincidir o ato infracional. Segundo Assis et. al. (2006), os adolescentes que cometeram algum ato infracional não são considerados mais autônomos do que os que não cometeram. Muitas vezes o fato de está envolvido no ato pode dificultar sua autonomia, sendo esta adquirida por meio da sua autodeterminação.

Ai vi colegas meus mesmo aqui que já passou por esse semiliberdade que esse mesmo meu caso, saiu daqui, estudou e que hoje colegas meus que passaram por aqui que terminou os estudos e que hoje é policial. Trabalha pela justiça. (SIC)

Sinto diferença grande. Antes eu era danado demais, daqueles meninos que não queriam nada, por que, porque não pensava no futuro. Ai hoje tem colegas meus que hoje ta em faculdade e tudo [...] Ai foi dai que fui me tocado, e pensando que minha vida sem estudo num é nada entendeu? Vi que tem que ter o estudo e correr atrás, ai foi que vi as diferenças grande de antes que eu só queria bagunçar, queria atrapalhar a professora, ser engraçadinho pras meninas tudinho rir, jogar bolinha de papel, e ficar sorrindo, desse tipo ai. E tô vendo a mudança hoje. (SIC).

Provocar o interesse por projetos de vida faz com que o adolescente reconheça seus limites e possibilidades, conectados ao seu desejo pessoal. É importante investir

no tempo que tem e almejar a felicidade, mesmo diante de situações difíceis e eventos negativos em sua vida. Quando o adolescente tem autonomia, se mostra capaz de unificar as perdas e as perspectivas na busca de novos sentidos, que o auxiliam no enfrentamento das suas dificuldades. Nesse processo, o adolescente em conflito com a lei conta com o apoio de pessoas representativas para encorajá-lo na nova trajetória de sua vida, buscando caminhos mais saudáveis e felizes (COSTA; ASSIS, 2006).

4.3 Semiliberdade e a influência no processo de mudança

Está em semiliberdade é relatado muitas vezes como um processo ruim na vida do adolescente, pois ele sofre com o preconceito por estar cumprindo medidas socioeducativas. Entretanto, não são apenas aspectos negativos; pode-se perceber a instituição como um agente de mudança, onde o adolescente se enxerga como capaz de realizar seus objetivos, vindo a transformar, além de si mesmo, a realidade ao seu redor.

Segundo Zanella (2010), a escola, para o adolescente que cumpre medidas socioeducativas, é vista como algo importante para o ingresso na vida profissional, pois evidencia a necessidade de se escolarizar, antes de ser inserido no mercado de trabalho. Está em semiliberdade faz com que o adolescente busque de alguma maneira refletir sobre seus atos, e faz com que passe a enxergar as coisas de outro jeito, visando sempre o caminho da educação como opção. Isso está presente no discurso do entrevistado, que busca através do estudo conseguir alcançar seus objetivos de vida.

[...] Quero ter tudo, crescer na vida. Ter meus transportes e tudo. O querer fez com que eu jovem, por que tem muito jovem da minha idade que não pensa assim, que num quer estudar, e quer ta vivendo do suor dos pais. Mais eu quero conseguir jovem o que muitos homens de 30 e poucos anos já mais maduros tem. Quero conseguir tudo isso jovem entendeu? Pensando no futuro conseguir.(SIC).

Os jovens percebem a escola como uma possibilidade de mudança, como uma maneira de se distanciar da criminalidade. Antes a educação era algo distante da realidade do adolescente em conflito com a lei, porém hoje é tida como porta de entrada no mercado de trabalho; logo, é vista por ele como um ponto importante em se tratando da transformação de si mesmo e da sua realidade (PADOVANI; RISTUM, 2013). Isso se relaciona ao fato de que a escola busca desconsiderar diferenças individuais, econômicas e culturais dos seus alunos. Essa realidade pode ser percebida quando o entrevistado mostra que não sentiu indiferença alguma em relação ao seu acolhimento no ambiente escolar; pelo contrário, foi bem amparado por todos.

Quando foram me matricular lá na escola, a diretoria ficou sabendo que eu sou do semiliberdade e tudo, quando foram fazer minha inscrição, eles não trataram minha pessoa como outra pessoa, porque viram a minha pessoa, e reconhecendo no dia a dia que eu de fato tô querendo estudar, eu quero ser uma pessoa na vida. Por que o que importa é o querer, o querer é que ajuda a gente sempre ser bem vindo em todo canto." (SIC)

[...] Porque o professor não quer saber de nada, quer saber se ta dando atenção a ele, e ele ver que a pessoa ta querendo, não importa se ta em semiliberdade não, não importa nada. E ninguém é perfeito, todo mundo é igual e pronto (risos). (SIC).

O adolescente começa a perceber que a sua idade não se trata mais de um empecilho para dar continuidade aos seus estudos, dando assim um novo sentido para a escola, que além de ser vista como uma possibilidade de emprego, é também uma ascensão profissional (PADOVANI; RISTUM, 2013). Como representado na fala do adolescente, não é tarde quando se quer voltar a estudar, e com seu amadurecimento se reconhece capaz de seguir em frente e realizar seus objetivos.

Ah! Por que assim, eu tô na oitava, por que hoje tô com 19 e antes de eu ta aqui no semiliberdade quando eu era de menor era danadinho e tudo, ai num pensava, nem nada, brigava nas escolas, e ai fui expulso e tudo, e ai fui pensando que estudo num é nada, hoje tô com 19 e pronto. Vou reconquistar e voltar e pronto. (SIC).

Pode-se destacar que, na maioria das vezes, quando o adolescente está em privação de liberdade, ele geralmente gosta de estudar, apresentando, pois, uma predisposição para os estudos que aparece como uma superação dos problemas anteriores. Esta possibilidade se efetiva através de um bom acolhimento escolar, com apoio de educadores, professores e técnicos (ZANELA, 2010). É possível notar que o retorno à escola se dá através de uma boa relação com os colegas de turma e com os professores, enfim, boa interação com todos.

A gente chega, senta, dar atenção. Ai fica os colegas olhando, os professores falando o nome, ai eles já conhece a pessoa ne? Pelo nome. [...] e já rolou a amizade e nos tornamos amigos, todo mundo lá. [...] Você com educação você chega em todo canto, sai tranquilo de todo canto. (SIC).

O adolescente se relaciona com diversas pessoas durante sua vida, e em meio a essas relações sempre existem algumas pessoas que se tornam referências, podendo tais relações proporcionar um processo autodestrutivo (LOPES, 2006). “[...] ai fui expulso da escola, ai tem uns menininho que a gente racha também que num quer estudar, solta raia, fazem todo tipo de coisa, ai comecei assim, a me afundar nas amizades entendeu?” (SIC). Como relatado na fala do sujeito, devido às amizades acabou se afastando da escola e cometendo o ato infracional, que o levou a cumprir, além da pena, seis meses em semiliberdade, tempo esse que o fez refletir sobre seus atos e a importância da escola em sua vida.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pesquisar sobre os sentimentos vivenciados pelo adolescente que se encontra em semiliberdade foi como colocá-lo de frente com sua forma de agir, ser e pensar no mundo, podendo fazê-lo refletir sobre sua maneira de ser enquanto aluno. E embora a pesquisa

não tenha promovido relações com o tema políticas públicas, é formidável ressaltar a importância do psicólogo e mais específico do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, que tem a função de promover o desenvolvimento da autonomia e a construção da cidadania do adolescente que se encontra em semiliberdade. A ação do psicólogo é de auxiliar esses jovens a estabelecerem novos projetos de vida e fortalecerem os laços familiares, bem como as relações com a comunidade. Ter acesso a essas experiências permitiu à pesquisadora identificar o quanto a família e os membros da escola são importantes nesse processo, mostrando que a luta contra o preconceito e a exclusão ainda está longe de acabar, não impedindo a perpetuação de fortes sentimentos de medo e insegurança.

A partir da pergunta disparadora, buscamos investigar ao máximo a experiência do adolescente. Procurou-se saber sobre seu cotidiano, suas relações sociais, assim como seu desenvolvimento e significação de ser no mundo. Foram evidenciadas, nessa pesquisa, palavras carregadas de significados e momentos impregnados de situações boas ou ruins, agradáveis ou desagradáveis, mas que são cheias de sentido para o adolescente entrevistado. Enfim, buscou-se colher sempre o melhor de cada situação.

Foi demonstrado na pesquisa que as escolas, devido ao despreparo, ainda discriminam esses alunos, justificando dificuldades em conseguir lidar com um adolescente autor de um ato infracional, tido como problema para a instituição. Salienta-se que na entrevista o adolescente revelou questões totalmente contrárias ao que a literatura traz, quando defende que a escola tem sim um bom acolhimento, desde que o aluno atenda às expectativas dos professores e se mostre interessado; como se, tratando com respeito a todos, será tratado da mesma maneira, independente do que tenha feito anteriormente.

O depoimento ressalta o quanto o adolescente passa a reconhecer seu crescimento pessoal e suas possibilidades, chegando a relatar sentimentos de vergonha ao falar sobre a situação em que se encontra, pois sente medo que de alguma maneira os professores e colegas passem a tratá-lo como um “delinquente”, mesmo quando se mostra interessado em mudar sua realidade, reconhecendo seus defeitos e percebendo a escola como importante nesse processo. Logo, o problema de exclusão traz várias consequências para sua vida; por isso, é importante identificar quem está sendo excluído e os efeitos dessa exclusão.

As experiências do adolescente no contexto escolar são importantes para seu processo de socialização e desenvolvimento, mas vale ressaltar a família como fator importante nesse processo de mudança, bem como os professores. Nota-se nas falas o quanto o adolescente se sente capaz quando tem o apoio de seus familiares e amigos. Isso permite que o jovem restaure suas referências, e mostra também que o fato de estar matriculado na escola está mais relacionado com seu ajuste ao seu meio social – no qual ainda sente incertezas, angústias e instabilidades – do que com sua capacidade de aprender.

Temos a escola como um local de acesso à educação que é garantida por direito.

Além de ser um local de obrigações e responsabilidades para com o outro, é um espaço onde se exercita a democracia. A coletividade da sala de aula oferece aos adolescentes referências que podem influenciá-lo nessa fase de desenvolvimento, e pode se tornar um ótimo local para exercer a cidadania através do outro, valorizando suas habilidades e reconhecendo seus valores. Além disso, através das atividades desenvolvidas dentro da escola, se realiza também o desenvolvimento emocional e cognitivo do adolescente, uma vez que essa fase é tida como um momento de transformação.

As falas registradas refletem a demanda do adolescente em ser agente de mudança no mundo em que está inserido, e participante de sua vida, indicando, pois, o quanto é urgente que o ambiente educacional encontre maneiras de tornar esses adolescentes em conflito com a lei sujeitos de sua própria história. E para que isso ocorra, é imprescindível que a escola enxergue o aluno como ser ativo e não passivo desse processo, proporcione espaços de diálogos e discussões a respeito das diferenças, valorize as ações de conhecimento de si e do outro e amenize, por conseguinte, as diferenças entre os alunos.

Ao fim deste trabalho, fomenta-se a busca pela valorização dos sentimentos, o reconhecimento e o respeito do outro, e o contínuo respeito às diferenças, pois um adolescente em conflito com a lei se mostra capaz de reconhecer suas atitudes e ressaltar a importância da escola em sua vida. A escola deve ser um espaço livre, onde todos possam expor suas opiniões sem julgamentos, e tenham seu espaço respeitado independentemente das diferenças. Tornou-se complicado confirmar se realmente há esse preconceito dentro da escola, pois o adolescente não se sentia à vontade para contar que estava em semiliberdade, impossibilitando confirmar tais atitudes, mas os sentimentos relatados por ele mostraram forte insegurança em relação aos seus professores e colegas.

REFERÊNCIAS

ADORNO, S. Violência: um retrato em branco e preto. **Revista Ideias**, n. 21, FDE-SP, 1994.

AMATUZZI, M. M. **Por uma psicologia humana**. Campinas: Alínea, 2001. 167p.

ANDRADE, C. C.; HOLANDA, A. F. Apontamentos sobre pesquisa qualitativa e pesquisa empírico-fenomenológica. **Estud. psicol.** Campinas [online]. 2010. v. 27, n.2, p.259-268. ISSN 1982-0275. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v27n2/a13v27n2.pdf>>. Acesso em: 21 out. 2016.

ARONE, M. **Sentidos e significados da escola para adolescentes em semiliberdade**. 2006. 171 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia da Educação). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.bdae.org.br/dspace/bitstream/123456789/1421/1/tese.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

ASSIS, S. G.; PESCE, R. P.; AVANCI, J. Q. **Resiliência: enfatizando a proteção dos adolescentes**. [S.l.]: Artmed/UNICEF, 2006.

BAZON, M. R.; SILVA, J. L.; FERRARI, R. M. Trajetórias escolares de adolescentes em conflito com a lei. **Educação em Revista**. Belo Horizonte. v. 29, n. 02, p. 175-199, jun. 2013. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/edur/v29n2/08.pdf>>. Acesso em: 26 out. 2016.

BERGER, P.; LUCKMANN, T. **A construção social da realidade**. Petrópolis: Vozes, 1976.

BRANCO, B. M.; WAGNERB, A.; DEMARCHIB, K. A. Adolescentes Infratores: Rede Social e Funcionamento Familiar. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, 21(1), p. 125-132. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n1/a16v21n1>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Ministério da Saúde. 3. ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2008.

_____. Presidência da República. **Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília: CONANDA, 2006.

_____. Compreendendo o adolescente. **Cadernos do IASP – Instituto de Ação Social do Paraná**. Governo do Estado do Paraná, Curitiba, 2006. Disponível em: < <http://www.desenvolvimentosocial.pr.gov.br/arquivos/File/Cadernos%20do%20Iasp/CompAdol.pdf>>. Acesso em: 1º nov. 2016.

CAMPOS, D. M. de S. **Psicologia da adolescência: normalidade e psicopatologia**. 22. Ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

COSTA, C. R. B. S. F.; ASSIS, S. G. Fatores protetivos a adolescentes em conflito com a lei no contexto socioeducativo. **Psicol. Soc.**[online]. 2006, v.18, n.3, p.74-81. ISSN 0102-7182. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822006000300011&script=sci_abstract&tlng=pt>. Acesso em: 28 out. 2016.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A. Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paidéia**, São Paulo, v. 17, n. 36, p. 21-33, 2007. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2016.

FERREIRA, T. H. S.; FARIAS, M. A.; SILVARES, E. F. de M. Adolescência através dos Séculos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Abr./Jun. 2010, v. 26, n. 2, p. 227-234. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v26n2/a04v26n2>>. Acesso em: 4 nov. 2016.

GALLO, A. E. Atuação do psicólogo com adolescentes em conflito com a lei: a experiência do Canadá. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 13, n. 2, p. 327-334, abr./jun. 2008. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/pe/v13n2/a15v13n2>>. Acesso em: 25 out. 2016.

GOMES, M. A.; PEREIRA, M. L. D. Família em situação de vulnerabilidade social: uma questão de políticas públicas. **Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, p. 1413- 8123, 2005. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000200013>. Acesso em: 27 out. 2016.

GONZALEZ, A. B. Experiências socioeducativas bem-sucedidas: subsídios para a discussão de políticas públicas nas unidades de internação socioeducativas (UISE). **Justiça, adolescente e ato infracional**. São Paulo: ILANUD, 2006. Disponível em: < http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000218&pid=S1517-9702201300040001000015&lng=pt>. Acesso em: 2 nov. 2016.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia Científica**. 6. Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

MOREIRA, D. A. **O método fenomenológico da pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson, 2002.

MUNIZ, A. S. **O adolescente infrator**. Bahia, 2008. Disponível em: <<http://www.direitonet.com.br/artigos/exibir/3987/O-adolescente-infrator>>. Acesso em: 1º nov. 2016.

NETA, N. A. L.; MAIA, L. S. L. A escola frequentada por infratores e apenados e o desempenho escolar em matemática: um estudo de representações sociais. **RPEM**, Campo Mourão, PR. v.2, n.3, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://www.fecilcam.br/revista/index.php/rpem/article/view/965>>. Acesso em: 15 out. 2016.

NEVES, J. L. Pesquisa qualitativa – características, usos e possibilidades. **Caderno de Pesquisa em Administração**. São Paulo, v.1, n. 3, 2º Sem., 1996. Disponível em: <http://ucbweb.castelobranco.br/webcaf/arquivos/15482/2195/artigo_sobre_pesquisa_qualitativa.pdf>. Acesso em: 15 out. 2016.

PADOVANI, A. S.; RISTUM, M. A escola e a construção da identidade de adolescentes autores de ato infracional. **Revista Entre Ideias**, Salvador, v. 2, n. 1, p. 151 -167, jul./dez.. 2013. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/entreideias/article/view/7672>>. Acesso em: 28 out. 2016.

SANTOS, K. M. L. **Assim caminha a educação inclusiva: Concepções de adolescentes em semiliberdade acerca de sua inclusão escolar**. 2014. 159p. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal do Piauí, Piauí, 2014. Disponível em: <<http://leg.ufpi.br/subsiteFiles/ppged/arquivos/files/Final%20Revisada%20ok.pdf>> Acesso em: 28 out. 2016.

SILVA, I. V. **O adolescente e o ato infracional**. 2011. 34p. Monografia apresentada ao curso de Graduação em Direito da Universidade Presidente Antônio Carlos – UNIPAC, Barbacena, 2011. 34 p. Disponível em: <<http://www.unipac.br/site/bb/tcc/tcc-7fe0b1dc457693fd8d018eb3cb4d440b.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

SOARES, B. P. Adolescentes infratores e suas relações afetivas. **Instituto Sistêmico Familiar**. Florianópolis. 2008. Disponível em: <http://www.institutofamiliar.com.br/download_anexo/beatriz-prudencio-soares.pdf>. Acesso em: 30 out. 2016.

TRAVERSO-YEPEZ, M. A.; PINHEIRO, V. S. Adolescência, saúde e contexto social: esclarecendo práticas. **Psicol. Soc.** [online]. 2002, vol.14, n.2, p.133-147. ISSN 0102-7182. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-71822002000200007&script=sci_abstract&lng=pt>. Acesso em: 30 out. 2016.

ZANELLA, M. N. Adolescente em conflito com a lei e escola: uma relação possível?. **Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade**, 2010 (3), p. 4-22. Disponível em: <<http://pgskroton.com.br/seer/index.php/adolescencia/article/view/239>>. Acesso em: 28 out. 2016.